



Universidade de Brasília  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas  
Públicas - FACE  
Departamento de Economia

Vinícius Leal Martinez

## **AS DITADURAS NO BRASIL E NO CHILE: UMA ANÁLISE ECONÔMICO-SOCIAL**

**Brasília  
2022**



Universidade de Brasília  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas  
Públicas - FACE  
Departamento de Economia

Vinícius Leal Martinez

## **AS DITADURAS NO BRASIL E NO CHILE: UMA ANÁLISE ECONÔMICO-SOCIAL**

Monografia apresentada ao Departamento  
de Economia da Universidade de Brasília  
para obtenção do título de Bacharel em  
Economia.

Orientador: Prof. Fr. Jales Dantas da Costa

Brasília - DF  
2022

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, obrigado aos meus pais. Poderia gastar mais páginas neste obrigado do que escrevi neste trabalho sobre Brasil e Chile. Sou grato por me apoiarem quando decidi mudar de curso. Grato por respeitar meu tempo e minhas limitações. Grato por acreditarem em mim. Sem o apoio incondicional de vocês, eu jamais teria chegado até aqui

Sou grato aos meus amigos por estarem sempre presentes, mesmo que em outras cidades. A contribuição de vocês vai muito mais além do que apenas tardes bebendo cerveja e conversando besteiras.

Sou grato ao meu orientador. Obrigado pela disponibilidade e pela paciência que teve ao aceitar todas as ideias erradas que propus no começo. Você me deu espaço e liberdade para que eu encontrasse o caminho correto e aprendesse com meus erros. Saio deste trabalho com a certeza de que aprendi coisas que a graduação não foi capaz de me ensinar.

*“O que ameaça a democracia é a fome, é a miséria, é a doença dos que não têm recursos para enfrentá-la.*

*Esses são os males que podem ameaçar a democracia, mas nunca o povo na praça pública no uso dos seus direitos legítimos e democráticos”*

**João Goulart**

*“Tengo fé en Chile y su destino... Mucho más temprano que tarde, de nuevo se abrirán las grandes alamedas por donde pase el hombre libre, para construir una sociedad mejor. Viva Chile! Viva el pueblo! Vivan los trabajadores!”*

**Salvador Allende**

## **Resumo**

Este presente trabalho tem como objetivo descrever e analisar o cenário econômico e político das ditaduras do Chile e Brasil, desde o que levou estes países aos regimes ditatoriais, como se desenvolveram tais regimes e como vieram ao fim. Para tanto, utilizou-se uma metodologia baseada em pesquisa descritiva, qualitativa e bibliográfica dos fatos. O trabalho foca primeiro nos antecedentes econômicos e políticos da ditadura de cada país como maneira de entender os porquês de Brasil e Chile entrarem em um regime militar. Posteriormente se discute sobre as políticas econômicas adotadas em cada país e os impactos econômicos e sociais de ambos os regimes. Embora ambos os regimes tenham aplicado modelos econômicos diferentes, tanto Brasil quanto Chile encerraram os regimes militares em crise econômica e social.

**Palavras Chave:** Brasil; Chile; Ditadura

## **Resumen**

El presente trabajo tiene como objetivo describir y analizar el escenario económico y político de las dictaduras de Chile y Brasil, desde lo que llevó a estos países a los regímenes dictatoriales, cómo se desarrollaron estos regímenes y cómo llegaron a su fin. Para esto, se utilizó una metodología basada en investigación descriptiva, cualitativa y bibliográfica de los hechos. El trabajo se enfoca primero en los antecedentes económicos y políticos de la dictadura de cada país como forma de entender el por qué Brasil y Chile entraron en un régimen militar. Posteriormente se discuten las políticas económicas adoptadas en cada país y los impactos económicos y sociales de ambos regímenes. A pesar de que ambos regímenes aplicaron modelos económicos diferentes, tanto Brasil como Chile finalizaron los regímenes militares en crisis económica y social

**Palabras claves:** Brasil; Chile; Dictadura.

## **Abstract**

This study aims to describe and analyze the economic and political scenario of the dictatorships in Chile and Brazil, from what led these countries to dictatorial regimes, how such regimes developed and how they came to an end. For this purpose, a methodology based on descriptive, bibliographic and qualitative research of the facts was used. This study first focuses on the economic and political background of each country's dictatorship as a way of understanding why Brazil and Chile entered a military regime. Subsequently, the economic policies adopted in each country and the economic and social impacts of both regimes are discussed. Although both regimes applied different economic models, both Brazil and Chile ended the military regimes in economic and social crisis.

**Key Words:** Brazil; Chile; Dictatorship

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. ANTECEDENTES DA DITADURA .....</b>	<b>11</b>
2.1. Brasil .....	11
2.2. Chile .....	15
<b>3. A DITADURA BRASILEIRA .....</b>	<b>19</b>
<b>4. A DITADURA DE PINOCHET NO CHILE .....</b>	<b>28</b>
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>35</b>
<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>38</b>



## 1 - Introdução

A romantização do “milagre econômico” brasileiro e o expressivo crescimento econômico do período reforçam a ideia de que a ditadura se apresentou como um período de prosperidade para o país. É de importância também entender o cenário histórico e econômico das ditaduras nos demais países da América Latina. Dentro da formação de economista no Brasil, pouco se tem estudado sobre a ditadura brasileira e suas políticas aplicadas no período, o mesmo pode ser dito sobre as demais ditaduras na América Latina. Entender as ditaduras no continente é entender as peculiaridades dos países latino-americanos e compreender quais são os erros e acertos de cada país e porque isso pode os ter levado para caminhos e resultados econômicos e sociais diferentes no passado. O caso do Chile, estudado neste trabalho, é emblemático por ter sido uma ditadura de alto grau de repressão e por ter sido o primeiro país no mundo a aplicar políticas econômicas neoliberais, que posteriormente se alastraram pelo mundo todo.

Ambos os países mergulharam em um período de ditadura com forte repressão por parte do governo. O Brasil adotou um caminho de crescimento baseado em forte apoio de capital privado externo e nacional e também do governo. Já o Chile, em um caminho contrário, aplicou políticas neoliberais pioneiras, privatizando empresas e diminuindo o papel do governo na economia. O que ambos os países tiveram de comum foi um período de crise dentro da ditadura e a tentativa de contê-las. Brasil e Chile deixam no fim de suas ditaduras, uma terrível mancha na história no que diz respeito aos direitos humanos, além de uma enorme crise econômica e social.

Esse trabalho se justifica na necessidade de revisitar e compreender como se caracterizou o cenário político e econômico da ditadura brasileira, desde sua origem à redemocratização e entender também como esse processo se deu em outro país da América Latina, o Chile no caso. No cenário atual, o Chile ainda luta para se livrar da Constituição de 80 da ditadura de Pinochet, enquanto o Brasil tem em seu cargo mais alto um presidente que constantemente relembra a ditadura como um caso de sucesso econômico, segurança e tranquilidade para a população. Ao descrever as ditaduras de ambos os países, o autor espera que o leitor, após ler o trabalho, compreenda quais foram os aspectos negativos de cada ditadura, os impactos econômicos, políticos e sociais de suas políticas e quais são as memórias que foram

carregadas para os dias atuais. Entender o passado ditatorial de cada país é de suma importância para que os mesmos erros não voltem a se repetir.

O objetivo deste trabalho é analisar o cenário econômico e político das ditaduras do Chile e Brasil, desde o que leva os países aos regimes ditatoriais, como se desenvolveram os regimes e como vieram ao fim. Dentro deste objetivo, se deseja abordar aspectos importantes das políticas econômicas de cada governo do período de cada país, mas sem se limitar a isso. É importante também trabalhar o cenário político pré-ditatorial de forma a entender melhor como cada país culminou em uma ditadura militar. Os aspectos sociais também são abordados neste trabalho.

O primeiro capítulo aborda os antecedentes da ditadura de cada país. No Chile, o capítulo descreve o governo do Democrata-Crisão Eduardo Frei e a tentativa falha de impulsionar a economia chilena. É alvo também deste capítulo a revolução socialista da Unidade Popular sob o comando de Salvador Allende, desde o sucesso do programa de governo até a articulação da oposição que resultou no golpe militar de Pinochet. No Brasil, o capítulo trabalha o governo de Jânio Quadros e sua tentativa falhada de lhe atribuir mais poderes e o governo de João Goulart, frequentemente podado pela atuação da oposição, até o golpe militar de 64.

O segundo capítulo descreve a ditadura Brasileira e os governos dos cinco presidentes do período. As questões econômicas são descritas e analisadas, desde o plano de estabilização em 64, ao “milagre econômico”, a crise do “milagre” e o período posterior. As políticas da ditadura brasileira também resultam em grande deterioração da qualidade de vida dos trabalhadores e aumento expressivo de concentração de renda.

O terceiro capítulo aborda a ditadura chilena de Pinochet. O capítulo analisa a ascensão do neoliberalismo com os Chicago Boys, bem como a reversão abrupta das medidas de Allende, o breve “milagre chileno” e o período posterior. Analisamos os impactos econômico-sociais negativos que as políticas neoliberais tiveram para os trabalhadores, o povo e a nação chilena.

A metodologia utilizada neste trabalho foi baseada em pesquisa qualitativa e descritiva dos fatos. O autor utilizou livros que abordam o cenário econômico, político e social das ditaduras brasileira e chilena no intuito de descrevê-las e analisá-las. O método aplicado foi indutivo, onde o autor, a partir das informações

estudadas e descritas no trabalho, tentou comparar os resultados e discutir sobre as peculiaridades de cada ditadura, dentro de seu contexto histórico, político e temporal.

## **1 - Antecedentes da Ditadura**

Para entender as ditaduras de cada país, é importante primeiro entender o que levou à elas. O capítulo começa com o Brasil e o contexto político e econômico dos governos Jânio Quadros e João Goulart. São retratadas as tentativas de Goulart em aplicar suas reformas de base e o avanço da oposição, aliada aos EUA, que culminou no golpe de 64. Já no Chile, é abordado o governo de Eduardo Frei e posterior eleição de Salvador Allende. Sob o governo de Allende o Chile caminhou para se tornar uma das sociedades mais igualitárias do mundo, mas sob constantes ataques e boicotes, não foi capaz de suprimir o golpe em 73.

### **1.1 - Brasil**

Jânio Quadros assumiu em 1961 como presidente da república com mais de 6 milhões de votos, com o objetivo de recuperar as contas públicas e retomar o crescimento econômico. O presidente via as políticas excessivas do governo JK como principal responsável pela situação econômica do país. O objetivo político e econômico de Quadros era de assumir uma posição neutra na política internacional enquanto atendia as demandas do programa financeiro e econômico exigido pelo FMI. Dentro da política econômica, teve como principal política a instrução 204 da SUMOC que fixou a taxa de câmbio única em um patamar desvalorizado de forma a melhorar o balanço de pagamentos. Houve também a tentativa de se conter a inflação via controle nos salários e no crédito (Abreu, 1990).

As dificuldades que o presidente tinha em governar dada a instabilidade política do momento e minoria no congresso o fez articular novas medidas para lhe atribuir mais poder. Jânio Quadros tentou procurar ajuda estadunidense para aplicar um “golpe” que centralizasse mais os poderes nele. O objetivo era renunciar ao governo, causando comoção da população e levando as Forças Armadas a admitir sua volta com poderes ampliados ao invés de passar o cargo ao seu vice João Goulart. A estratégia, caso tivesse sucesso, “obrigaria” o congresso a delegar a ele mais poderes sem que “ferisse os aspectos fundamentais da democracia”. A

renúncia foi feita em 25 de agosto de 61 e, ao contrário do que esperava Quadros, pouco efeito surtiu. Não houve a comoção pública esperada e o congresso aceitou sua carta de renúncia, abrindo espaço para que seu vice assumisse. (Abreu, 1990; Bandeira, 2001).

Era esperado que João Goulart, vice-presidente de Jânio Quadros, assumisse como presidente da república após a renúncia do presidente. Porém, havia uma inquietação envolvendo empresários, políticos da direita, as Forças Armadas e os Estados Unidos com tal possibilidade. O receio era de que naquele período pós revolução cubana e fortalecimento da URSS, o Brasil desse uma guinada extrema para a esquerda. A proposta de um golpe de Estado chegou a ser cogitada pela direita, com apoio direto do Pentágono e da CIA, mas forte oposição da Casa Branca. O presidente Kennedy não via no momento com bons olhos um golpe e ameaçou suspender o apoio financeiro ao Brasil caso o golpe se concretizasse. A solução encontrada foi a manutenção da democracia sob um regime parlamentarista, onde Goulart seria mantido como presidente enquanto Tancredo Neves assumiria o posto de primeiro-ministro (Bandeira, 2001).

Goulart defendia a necessidade de reformas de base no país. Ainda quando era vice-presidente de Juscelino Kubitschek, o alertou que a economia do país caminhava para o interesse de multinacionais e do FMI gerando aumento de custos sociais para o povo brasileiro e que era imprescindível que o governo interviesse como “árbitro entre as classes” na economia (Bandeira, 2001). Darcy Ribeiro (2010) aponta que existiam duas questões cruciais que deveriam ser resolvidas na política econômica brasileira.

“Duas questões fundamentais foram colocadas pela história diante do Brasil naquela conjuntura. Impor disciplina ao capital estrangeiro para que cruzeiros não produzissem dólares, o que nos estava levando à falência. A questão agrária, que, não resolvida, pressionava um imenso êxodo rural que só se explicava pelo monopólio da terra” (Darcy, 2010; p. 81).

O objetivo da reforma agrária era combater a concentração de terras e grandes latifúndios. De acordo com o programa, deveria ser ilícito a posse de terras improdutivas ou paradas dando direito ao governo de apropriá-las e disponibilizá-las para novos produtores. O primeiro entrave da proposta foi no artigo 141 da Constituição Federal, que previa pagamento de indenização prévia para as desapropriações do governo que, com forte oposição de um congresso conservador rural, foi trazida ao mesmo apenas em 64. Devido ao golpe militar no mesmo ano,

nunca chegou a ser votada. Goulart defendia de maneira muito explícita a reforma agrária dizendo que “sobre a miséria do povo não se constrói a paz social”. A atuação da oposição política, grandes produtores rurais e dos EUA foi crucial para barrar a tentativa de reforma agrária, sob a justificativa de que o presidente entregaria as terras aos comunistas (Bandeira, 2001; Darcy, 2010).

A lei de remessa de lucros foi outro pilar central nas disputas políticas e econômicas entre governo e oposição, com direto interesse dos Estados Unidos e suas multinacionais instaladas no Brasil. As empresas estadunidenses remetiam boa parte dos lucros para suas matrizes ao passo que compravam inúmeras empresas menores brasileiras para converter ainda mais lucro para o exterior. A proposta da Lei limitava as remessas de lucros que multinacionais poderiam mandar para o exterior. Apenas os investimentos realizados em dólar poderiam ser mandados para fora, enquanto os lucros em cruzeiros deveriam ser reinvestidos no país. Os Estados Unidos tentaram de todas as maneiras evitar a aprovação da lei, oferecendo até mesmo reduzir a remessa de 10% para 4%, mas sem sucesso. Em 63 a lei de remessas de lucros foi aprovada sob forte desaprovação e retaliação dos EUA, que prontamente limitou a quantidade de crédito fornecido ao país (Bandeira, 2001).

Da emenda em 61 que aprovou o parlamentarismo, ficou previsto um plebiscito em 65 para aprovar ou não a continuidade do sistema. Goulart, durante o período parlamentarista, conseguiu adiantar a votação para 63. O plebiscito escancarou a preferência da população pelo fim do parlamentarismo, atingindo 82,6% da população contra o sistema (Westin, 2018). As reformas de base necessitavam de um governo forte, algo que o parlamentarismo não permitia.

Já em 63, foi colocado em prática o Plano Trienal de desenvolvimento econômico e social, sob a coordenação de Celso Furtado. O plano partia de um diagnóstico bastante ortodoxo da inflação no Brasil, sendo a mesma diretamente relacionada com gastos excessivos do governo. Houve também forte influência do FMI, que continuou a pressionar o país a adotar medidas de contenção inflacionária. Goulart, entretanto, se recusou a aplicar as políticas de contenção salarial que lhe foram propostas. A meta inflacionária para o ano de 63 foi de 25% e para 65 de 10%, enquanto esperava-se um crescimento anual da ordem de 7% (Brasil, 1962). Até 63, o governo havia tido êxito em reduzir o déficit do balanço de pagamentos reduzindo de US\$ 343 milhões em 62 para US\$ 284 milhões no ano seguinte. As dívidas contraídas nos governos Kubitschek e Quadros, porém, somavam US\$ 3

bilhões, das quais mais da metade venceriam entre 64 e 65, o que tomaria aproximadamente 70% da renda de exportações do país. A deterioração dos termos de troca internacionais obrigou o país a emitir moeda para financiar o déficit público, gerando novas pressões inflacionárias. O crescimento do PIB em 63 foi de apenas 0,6%, evidenciando a dificuldade econômica do país. (Abreu, 1990, Bandeira, 2001).

A oposição composta por militares, políticos e os Estados Unidos representaram um papel crucial no fracasso econômico do Plano Trienal. O governo se mostrou relutante em aplicar as políticas recomendadas por EUA e FMI, que claramente afetariam os trabalhadores mais do que empresários. Como forma de retaliação à lei de remessas de lucros e à recusa de atender as demandas do FMI, o governo estadunidense limitou o crédito para o Brasil, o que desacelerou de forma massiva a economia brasileira. A ação estadunidense não se limitou a sanções econômicas. O país condenou a aproximação do Brasil com economias socialistas ao passo que não obteve apoio de Goulart na tentativa de expulsar Cuba da Organização dos Estados Americanos. (Bandeira, 2001).

A não subordinação do Brasil aos Estados Unidos fez com que o país Norte-Americano, juntamente com empresários, se posicionasse contra o governo de João Goulart. Empresários criaram em 1962 o Instituto de pesquisas e estudos sociais (IPES) e o Instituto brasileiro de ação democrática (IBAD), em estreito contato com a CIA para atacar o governo. Campanhas publicitárias difamatórias em jornais e revistas se espalharam pelo país. A CIA foi capaz de manipular a informação pública, aliciar políticos brasileiros e empresários a atuarem ativamente contra o governo. Crescia, então, a “necessidade” de um golpe de Estado para combater a “ameaça comunista (Bandeira, 2001).

Já as Forças Armadas utilizaram a situação econômica do país e o discurso anticomunista para articular um golpe militar e tomar o poder. A desculpa perfeita veio com a revolta dos sargentos em 63 após o Tribunal Federal recusar em reconhecer a elegibilidade dos sargentos. Goulart, já ciente de todas as articulações das Forças Armadas e EUA em aplicar um golpe, apoiou as reivindicações dos sargentos, até mesmo comparecendo no dia 30 de março em uma reunião no Automóvel Clube. Esse ato foi o pretexto perfeito para que no dia seguinte o General Olímpio Mourão Filho iniciasse uma ofensiva de Minas Gerais até o Rio de Janeiro para destituir o presidente.

Goulart se manteve em todo seu mandato fiel aos seus princípios. O presidente tentou aplicar as reformas de base e melhorar as condições de vida de camponeses e trabalhadores da cidade. Mesmo diante de uma crise enorme que culminou no golpe militar em 64, o governo ainda foi capaz de gerar incentivos na educação e no setor de habitação. Sindicatos foram fortalecidos durante o seu mandato, ascendendo trabalhadores no mundo da política sob forte descontentamento das classes mais ricas do país. A situação econômica e política já delicada em que o presidente assumiu o país gerou empecilhos determinantes na tentativa de aplicar as reformas pretendidas e serviu como combustível para as tentativas intervencionistas estadunidenses. A batalha contra a “ameaça comunista” foi a desculpa perfeita para que os Estados Unidos interviessem nos governos da América Latina, como no Brasil de Goulart e Chile de Allende.

## **Chile**

O cenário pré-eleição de 1964 se constituía de um espectro político mais à esquerda. Diante desse cenário e relutante com uma possível revolução comunista, os Estados Unidos apoiaram a candidatura de Eduardo Frei, candidato do partido Democrata-Cristão, maior partido do país. As ações Estadunidenses se estenderam também “por debaixo dos panos”, onde uma operação da CIA promoveu a “campanha de terror”, que afirmava que caso Allende fosse eleito, a democracia chilena sumiria e as crianças seriam mandadas para Cuba (Winn, 2010). Frei foi o presidente que mais recebeu ajuda per capita dos EUA na América Latina (Sader, 1991). O apoio dos EUA, somado ao medo da direita com a eleição de Allende fez com que Frei fosse eleito com 54% dos votos.

As duas maiores propostas do governo foram a “Chilenização do Cobre” e a reforma agrária. O primeiro buscou conquistar participação majoritária do governo nas minas chilenas através da compra de 51% das ações de companhias mineradoras estrangeiras. Houve também redução de impostos e taxas de câmbio e importação mais vantajosas por 20 anos. Sader (1991) aponta que tal política foi basicamente uma subordinação do Chile às empresas dos Estados Unidos. A reforma agrária criou critérios de desapropriação de terras, muito embora tenha mantido alguns grandes latifúndios.

O partido Democrata-Cristão, apoiado principalmente pela classe média, buscava através de Frei se tornar hegemônico na política Chilena e barrar de vez os avanços da esquerda em direção ao socialismo. Uma vitória importante para esse progresso foi a conquista da maioria no congresso nas eleições de 1965. Entretanto, a esperança dos Democratas-Cristãos logo veio ao chão com o fracasso das políticas econômicas e reformas do governo. Não houve sucesso em conter o déficit público, a crise habitacional, estagflação e pobreza, problemas crônicos do país. O PIB do país não apresentou o crescimento desejado, atingindo 3,2% em 67; 3,6% em 68 e 3,7% em 69 (Winn, 2009). O país reduziu a inflação de 40,4% em 64 para 27,3% no ano seguinte, entretanto, encerrou 70 com 36,1% ao ano (Ffrench-Davis, 2003). A reforma agrária não atingiu a meta de atender 100.000 famílias, mas foi capaz de desapropriar 1.400 estabelecimentos, que somavam aproximadamente 3,5 milhões de hectares. Sader (1991) afirma que outro reflexo da reforma agrária foi um aumento na sindicalização camponesa que os incluiu mais em questões políticas ao mesmo tempo que aumentou as invasões de terras e greves.

O insucesso das políticas de Frei reverberou nas eleições para o Congresso de 1969, onde o partido obteve apenas 30% de participação no congresso (Winn, 2009). Os problemas sociais no campo e no setor de habitação abriram espaço para maior fortalecimento da esquerda para a próxima eleição presidencial.

Após o governo de Frei, ficou claro para a esquerda que uma coalizão ainda mais ampla que a antiga Frente de Ação Popular (FRAP) seria necessária. A Unidade Popular foi o resultado dessa necessidade, que uniu o Partido Socialista do Chile, a Esquerda Cristã, o Partido Radical, o Partido Comunista, o Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU) e a Frente de Ação Popular. A visão de Allende era criar uma transição democrática para o Socialismo sem necessidade de uma guerra civil, o que ficou conhecido como *la via chilena*. O processo de transformação se daria de forma gradual na economia e no Estado, diminuindo os poderes das classes dominantes e passando-os para trabalhadores da cidade e do campo (Winn, 2009).

Salvador Allende foi eleito em 1970 com 34% dos votos, com margem muito próxima para o segundo colocado e candidato da direita, Jorge Alessandri. Dada a não obtenção de maioria absoluta, era então dever do congresso decidir o eleito. O descasamento temporal entre as eleições para o Congresso e para presidente comumente criava um cenário onde o presidente eleito não tinha maioria no parlamento, resultando na possibilidade de que Alessandri fosse escolhido como



presidente. Porém, Sader (1991) explica que tudo isso se tratava apenas de um trâmite formal já que todas as vezes o candidato eleito pelo voto popular também era “eleito” pelo Congresso.

Antes da votação, o comandante geral do exército, René Schneider foi assassinado por se negar a cooperar com uma tentativa de golpe. O interesse no golpe e na não eleição de Allende juntava pessoas da corte suprema de justiça, militares e políticos da direita, enquanto os EUA novamente agiam “por debaixo dos panos” disseminando a teoria de que Allende geraria o maior caos econômico da história do Chile. A tentativa de golpe, porém, foi determinante para que os Democratas-Cristãos, que representavam aproximadamente um terço do Congresso, votassem a favor da eleição de Allende. Não era de interesse do partido ser relacionado ao atentado. A condição à qual o partido concordou com a posse de Allende foi que ele se comprometesse a assinar um documento onde ele se comprometia a seguir a constituição (Sader, 1991).

O objetivo da Unidade Popular era a implementação de um modelo socialista no país, cujo principais objetivos eram: a) Criar uma nova ordem institucional, o Estado Popular – Consistia em uma assembleia do povo como órgão legislativo em nível nacional e várias instâncias menores de participação popular; b) Reformular a economia via estatização e reforma agrária; c) Avançar no plano social; d) Promover cultura e educação; e) Conseguir plena autonomia internacional. Entre outras palavras, o objetivo da Unidade popular era a transferência dos grupos dominantes para trabalhadores e camponeses (Sader, 1991). A política econômica se baseou no aumento de gastos do governo via expansão monetária para iniciar as políticas desejadas ao passo que congelou preços para conter pressões inflacionárias.

O programa de estatização do governo de Allende foi o ponto central da política econômica. Os alvos principais foram as empresas mineradoras, instituições financeiras e bancos, o que Winn (2009) chamava de “riquezas básicas do Chile”. As principais minas de ferro, cobre e salitre representavam três quartos dos lucros de exportação do país, as quais foram todas nacionalizadas e passadas para o controle do governo. O sistema bancário e financeiro também teve inúmeras instituições passadas para o controle estatal. O programa se expandiu para demais monopólios e serviços importantes para o país, como energia elétrica, transportes, comunicação e combustíveis (Sader, 1991). De uma lista de 91 empresas a serem estatizadas,

apenas no primeiro ano 70 delas já haviam sido passadas para as mãos do governo, em 73 o número chegava a 500 empresas (Winn, 2009).

A proposta da reforma agrária visava a desapropriação de grandes latifúndios e redistribuição dessas terras para trabalhadores rurais. O projeto ocorreu de forma tão extensa e rápida que, da previsão de 6 anos para sua conclusão, necessitou de apenas 18 meses (Winn, 2009). Nesse período, mais de três mil fazendas foram expropriadas, muito mais do que as 1.400 na reforma agrária do governo de Eduardo Frei.

O primeiro ano de governo foi de sucesso econômico e social. As indústrias e bancos estatizados atuaram como fornecedores de renda para as políticas sociais do governo. A economia pôde ser reativada utilizando a capacidade ociosa industrial instalada decorrente do aumento de demanda após aumento salarial, ao mesmo tempo em que os preços foram congelados para conter a inflação. O aumento salarial chegou a ser da ordem de 30%, o que resultou em uma explosão no consumo, impulsionando a demanda e o crescimento do PIB, que chegou a 9% em 71 enquanto manteve a inflação constante.

Na esfera social, o resultado para os trabalhadores foi ainda mais relevante. O programa de redistribuição de renda resultou na transferência de 10% do capital para o trabalho. Programas habitacionais, gratuidade em atendimento médico e maior oferta de trabalho também foram resultados do projeto da Unidade Popular (Sader, 1991). O Chile no começo do mandato de Allende havia se tornado uma das sociedades mais igualitárias do mundo. A melhora econômica e social dos trabalhadores também resultou na ascensão política deles. Novos grupos sociais e sindicatos surgiram e os existentes se fortaleceram durante esse período.

O período de crise começou a surgir quando empresários, em resposta às nacionalizações e congelamento de preços, pararam de investir e forçaram escassez de produtos em 71 e de maneira mais intensiva a partir de 72, redirecionando-os para o mercado negro. A escassez forçada de alimentos logo resultou na perda de apoio do governo da classe média do país. Para manter e reforçar o estado de revolta, a burguesia incentivou no fim de 71 a “marcha das panelas vazias” onde mulheres, em sua grande maioria de classe média, saíram nas ruas batendo panelas em descontentamento ao governo (Sader, 1991). Moulian (2002, p. 84) argumenta que a Unidade Popular partiu de um pressuposto ingênuo quanto ao comportamento

do empresariado diante das nacionalizações “os empresários reagiriam com respeito filantrópico-patriótico diante das decisões da autoridade ou se submeteriam pela força pacífica das massas mobilizadas”.

A polarização entre governo e oposição se intensificou ainda mais em 72. Já fazia parte da lista da oposição ao governo o Partido Nacional, os Democratas-Cristãos, os extremistas de direita da Patria y Libertad, as forças armadas, o judiciário e os governos de EUA e Brasil, este último já em regime militar. Os Estados Unidos injetaram dinheiro nas campanhas de partidos políticos e em campanhas de difamação do governo em telejornais e jornais impressos (Sader, 1991).

Em 73 estava pronto o cenário para que os Democratas-Cristãos assumissem a presidência do país. Diante da crise forçada pela oposição, o objetivo do partido era aplicar um “golpe branco” em Allende por meio de um *impeachment*. O partido atingiu apenas 44% dos votos no Congresso, longe dos dois terços necessários para aprovar o *impeachment*. Como resultado, o setor mais moderado da Democracia-Cristã foi substituído por um mais extremista e propenso a um golpe militar (Sader, 1991; Winn, 2009).

Uma primeira tentativa de golpe ocorreu em 29 de junho de 73, quando um tanque de guerra atacou o palácio presidencial, tentativa a qual ficou conhecida como “tancazo”. O general Prats e suas tropas reprimiram a tentativa. Foi após Augusto Pinochet assumir como novo Comandante das Forças Armadas que o palácio presidencial foi novamente bombardeado em 11 de Setembro de 73, dezoito dias após Pinochet ser nomeado ao cargo. Allende lutou até o fim defendendo seus ideais e os ideais do povo que o apoiava, até que se suicidou no palácio presidencial. Estava concretizado o golpe militar no Chile.

Brasil e Chile sofreram golpes militares que encerraram o regime democrático em ambos os países. O que veio a seguir foram regimes extremamente repressivos que usaram o crescimento econômico como principal maneira de justificar a viabilidade da ditadura, ao passo que se apoiaram na repressão para conter toda e qualquer oposição. Os dois capítulos a seguir, tratam das ditaduras no Brasil e no Chile respectivamente. Nesses capítulos o leitor verá como foram as políticas econômicas aplicadas em cada país, bem como as crises sociais que surgiram e se intensificaram no período.

## 2 - A ditadura Brasileira

Durante a história do Brasil, as Forças Armadas já haviam sido determinantes no cenário político em várias ocasiões, como a tomada do poder de Vargas e sua destituição e na oposição contra João Goulart enquanto presidente. Entretanto, a ditadura militar representou a primeira vez em que o exército assumia de fato o governo do país. O golpe militar se justificou sob duas premissas maiores. A primeira teve forte influência dos interesses políticos dos Estados Unidos sob a justificativa de segurança nacional para conter a “ameaça comunista” na América Latina pós revolução cubana. Idealizadores do golpe até mesmo o classificaram como “contrarrevolução preventiva”. Já a segunda premissa era a de desenvolvimento econômico, também sob forte interesse estadunidense e do FMI, após as dificuldades de chegar em acordo com o presidente João Goulart. Após o golpe existia a visão de que o exército retomaria o país aos trilhos e depois entregaria o país para um governo civil. O que de fato aconteceu foi a manutenção dos militares por mais de 20 anos no poder e o direcionamento político do governo para setores da ultra direita. (Dos Santos, 1995).

O primeiro presidente do regime, Humberto Castello Branco assumiu em 15 de abril de 1964. Castello defendia um regime constitucional de viés autoritário que fizesse frente a comunistas e esquerdistas. Seu governo implementou uma constituição altamente autoritária com apenas dois partidos permitidos, a ARENA, do governo e o MDB, partido de oposição consentida (Dos Santos, 1995).

Frente ao desequilíbrio da economia no país, o governo apresentou o PAEG, Programa de Ação Econômica do Governo. O objetivo do programa era controlar a crescente inflação no país objetivando equilíbrio de preços, corrigir déficits no balanço de pagamentos, atenuar desequilíbrios regionais e retomar o crescimento econômico via aumento de investimentos como forma de dar legitimidade ao regime militar (Resende, 1990, Lacerda et al, 2010). O PAEG implementou uma reforma institucional que criou o Conselho Monetário Nacional, o Banco Central, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e o Banco Nacional da Habitação (BNH) (Lacerda et al, 2010). No lado fiscal, a necessidade era de aumentar a arrecadação e reduzir gastos do governo. Para aumentar a arrecadação, o governo reajustou as tarifas públicas que estavam defasadas por causa da inflação, o que naturalmente gerou pressão inflacionária no curto prazo, alcançando 90% ao ano segundo o índice geral de preços. (Baer, 1996).

Para combater a inflação, o governo dispunha de duas opções. A primeira era pela via liberal, com programa de fundo monetarista, sacrificando empregos e reduzindo salários. Já a segunda era através de intervenção estatal direta com controle na oferta e nos preços. Prevaleceu a primeira opção (Dos Santos, 1995; Singer, 1982).

A política salarial foi o ponto principal para reduzir a inflação no país. A medida de contenção salarial foi aplicada via reajustes abaixo da taxa de inflação do período, sob a justificativa de que os reajustes salariais da época eram maiores do que o aumento de produtividade (Resende, 1990). Em 1965, a Circular nº 10 do ministro extraordinário para assuntos do Gabinete Civil determinou a forma do reajuste salarial:

- 1 – Deve ser estabelecido o salário médio real dos últimos 24 meses anteriores ao mês de reajustamento
  - 2 – Sobre o salário real médio, deve-se incidir a taxa de produtividade
  - 3 – Acrescentar metade da inflação programada pelo governo pelo ano seguinte
- Fonte: (BRASIL, 1964, p.85)

Uma vez que a previsão de inflação era feita pelo próprio governo, e que as previsões para o ano seguinte costumavam ser sempre mais otimistas do que a inflação de fato atingida, o reajuste salarial de metade da previsão inflacionária resultava em um ajuste ainda menor. Após o reajuste em 65, o salário mínimo teve redução de 18% quando comparado a 64 (Resende, 1990). O processo de arrocho salarial não foi uniforme e se fez sentir mais pelos assalariados menos qualificados, aqueles cuja barganha por salários dependia da atuação de sindicatos, agora reprimidos pelo governo. As negociações diretas de reajuste salarial entre empregador e trabalhador foram substituídas pela fórmula de reajuste do governo. O alívio na folha salarial possibilitou manter as taxas de lucro das empresas e aumentar a remuneração das camadas mais qualificadas, agravando o problema de distribuição de renda no Brasil. Em 60, 5% da população mais rica tinha 27,4% da renda do país, enquanto em 70 essa parcela já dispunha de 36,3% da renda (Singer, 1982; Dos Santos, 1995).

O PAEG obteve sucesso em reduzir a inflação de 90% em 64 para menos de 20% em 69 enquanto foi capaz de recompor o crescimento do PIB brasileiro que saiu de 0,6% em 63, atingindo 9,8% em 68. O preço que se pagou foi uma forte deterioração do salário real do trabalhador, especialmente para os mais pobres e desempregados (Resende, 1990). Paul Singer (1982) aponta que o liberalismo

econômico adotado não foi acompanhado por liberalismo político e democracia representativa. Foi um projeto voltado para grandes oligopólios, enquanto o regime promovia aumento da exploração da força de trabalho, agravando ainda mais a distribuição de renda no país.

Em 15 de março de 67 assumiu como presidente Arthur da Costa e Silva. Seu mandato e do presidente seguinte marcaram o período que foi conhecido como “Anos de Chumbo” da ditadura militar brasileira. Movimentos de estudantes, operários e camponeses começaram a surgir com maior frequência enquanto Costa e Silva tentava reaproximar civis que foram distanciados pelo golpe militar, ainda que mantivesse o autoritarismo do governo passado. O que se resultou foi um governo de diversas manifestações populares contra ditadura que culminaram na implementação do AI-5, que suspendia a constituição vigente por uma altamente repressiva e centralizadora de poder. O congresso foi fechado, professores universitários demitidos ou forçados a se aposentar, líderes de massa foram presos e torturados. A repressão se estendeu a todos que tivessem qualquer relação, ainda que remota, com movimentos contra ditadura. Costa e Silva faleceu em 17 de dezembro de 1969 em decorrência de um derrame dando espaço para Emílio Garrastazu Médici, presidente do “milagre econômico” e tido por muitos como o presidente mais repressor do regime ditatorial (Dos Santos, 1995).

Durante todo o período do “milagre”, o governo de Médici teve Delfim Neto como Ministro da Fazenda. A equipe econômica apresentou um novo diagnóstico da inflação. Foi defendido que a inflação pelo lado da demanda estava controlada e que a inflação remanescente era de custos, consequência da capacidade ociosa industrial elevada e dos altos custos financeiros. Portanto, a solução era um programa que controlasse a inflação de oferta com uma política monetária expansiva, aumento de crédito ao setor privado e retomada de crescimento econômico, que foi colocado em prática através da implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) (Lacerda et al, 2010).

O país se aproveitou de um cenário externo favorável à entrada de capital estrangeiro para financiar os projetos desenvolvimentistas, principalmente voltados para indústria e infraestrutura. Entretanto, a principal fonte de investimento veio do próprio governo, que se concentrou em investimentos nos setores de infraestrutura como energia, transporte e siderurgia (Lago, 1990). Bonelli e Malan (1976), entretanto, apontam que mesmo com todo esse investimento, quase metade da taxa

média de crescimento da produção foi resultado da capacidade ociosa adquirida entre 1963 e 1967. Os autores estimaram que a capacidade ociosa foi de 76% em 1967 para pleno uso entre 1972 e 1973.

O “milagre econômico” proporcionou médias de crescimento econômico jamais vistas no país, atingindo crescimento médio de 11,2% ao ano. Tais resultados da economia brasileira se fizeram valer através da superexploração da força de trabalho brasileira, que já vinha de arrocho salarial desde o PAEG (Marini, 2000). O crescimento favoreceu mais as regiões do Centro-Sul do país do que as demais regiões. As tentativas de estimular crescimento e integração nas regiões do Nordeste e Norte se provaram infrutíferas ou aquém do necessário. O programa de Integração Nacional (PIN), que pretendia irrigar áreas do Nordeste e a construção da Transamazônica e Cuiabá-Santarém, utilizou recursos que vieram de realocação dos recursos já destinados para outras funções na região e não novos recursos. Os incentivos fiscais no Nordeste promoveram crescimento industrial, mas sem geração de empregos, o que gerou pouco impacto na participação da região na renda total do país (Lago, 1990).

Ainda assim, o crescimento econômico foi a principal propaganda do regime militar de forma a legitimá-lo. O regime tentava de todas as formas associar o crescimento econômico com as ações da ditadura militar. Lago (1990) argumenta que o crescimento, embora astronômico, se fez possível pelo uso desenfreado do autoritarismo do regime para que todas as medidas (principalmente as impopulares) fossem implementadas. Theotônio (1995) ainda acrescenta que a tentativa de criar causalidade específica entre ditadura e crescimento econômico é falha, uma vez que o Brasil também experimentou outros momentos de alto crescimento econômico em situações amplamente democráticas, como no período Kubitschek.

A política externa brasileira se ancorou no câmbio desvalorizado para incentivar exportações, enquanto focou as importações em bens de capital. De 67 a 73 as exportações cresceram em média 24,6% enquanto as importações de máquinas e equipamentos mais que dobraram (Lago, 1990). A nova dinâmica brasileira no comércio internacional transformou o país em um entreposto comercial, o qual possuía abundância em recursos naturais, mão de obra barata e exportava os produtos para outros países. Uma política de exportação forte, voltada para o comércio exterior em detrimento do mercado interno (Dos Santos, 1995; Singer 1995).

“E o mais paradoxal é que, tendo criado uma base industrial própria, seu crescimento nas condições dependentes obriga a um grande esforço nacional para colocar essa capacidade produtiva a serviço do grande capital internacional, criando, entretanto, uma ilusão de importantes avanços econômicos” (Dos Santos, 1995; p. 115).

Foi mantida a política de arrocho salarial do PAEG como forma de conter inflação e diminuir custos, destruindo ainda mais o poder de compra do trabalhador brasileiro. Houve reajustes em 68, não pelo interesse no bem estar da população, mas com a preocupação do efeito recessivo que o arrocho salarial teria na demanda, entretanto, o ajuste não foi proporcional ao aumento de produtividade nem mesmo compensou a inflação (Baer, 1996; Lago, 1990). Lacerda et al (2010) discutem que existe uma diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico, onde o segundo obrigatoriamente apresenta melhoras nas condições de vida da população, longe do que ocorreu no “milagre”. Para a população de classe média e alta, os efeitos do arrocho salarial não foram sentidos. A renda dos 10% mais ricos do país aumentou de 39,7% em 69 para 47,8 em 70. Enquanto isso, a renda dos 50% mais pobres do país diminuiu de 17,6% em 60 para 15% em 70.

A situação favorável de crescimento forçado do “milagre econômico” mudou em 1973, quando países da OPEP quadruplicaram os preços do petróleo, encarecendo importações.

“O fim do milagre econômico encerraria também um ciclo festivo de exercício do poder sem limites e sem prestação de contas, sem oposição, sem incômodos da livre imprensa e sem compromissos políticos a criar embaraços ao voluntarismo da política econômica. Dava-se início, por outro lado, a um longo período em que se tornaria cada vez mais difícil fazer com que medidas econômicas razoáveis fossem consideradas politicamente aceitáveis.” (Carneiro, 1990, pg. 297)

A crise do petróleo é o ponto que também marca a “crise do milagre”, quando as políticas forçadas do governo começam a apresentar suas consequências ruins. O encarecimento dos barris de petróleo prejudicou a importação do produto no Brasil e desequilibrou o balanço de pagamentos. Na época, o Brasil importava mais de 80% do petróleo consumido, o que fez a conta de importações do país aumentar em US\$ 6,5 bilhões de 73 para 74 (Carneiro, 1985). Em meio a essa crise, assumiu a presidência em 15 de março de 74 Ernesto Geisel que, assim como os presidentes anteriores, via o crescimento econômico como grande meta para legitimar o regime militar. Geisel também defendeu uma retomada lenta, gradual e segura do processo de abertura política, que ficou conhecido como distensão política (Carneiro, 1990). O resultado do processo de abertura foi evidenciado ainda nas eleições de 74, com um processo eleitoral mais liberal que resultou em uma massiva derrota do governo nas



urnas (Dos Santos, 1995). Mas o que se iniciou como governo de abertura política, logo se transformou em outro governo repressivo.

No cenário político, houve perseguição a deputados que possuíam alguma relação com o Partido Comunista Brasileiro, que funcionava na ilegalidade, até culminar na promulgação de reformas políticas autoritárias em 1977 diminuindo a capacidade da oposição de agir. O governo Geisel utilizou todo o aparato do AI-5 para perseguir opositores, mas mantendo a ideia de que, com a abertura política, o país era uma “democracia” controlada pelo governo, mas que o único partido de oposição era impedido de atuar. Em novas eleições em 1978, ficou ainda mais evidente o avanço da oposição nas urnas (Dos Santos, 1995).

Em meio à crise econômica, o governo se viu obrigado a escolher entre um programa econômico que reduzisse as importações não referentes ao petróleo de forma a reduzir custos ou promover taxas elevadas de crescimento por meio de redução das reservas cambiais que compensassem o aumento no custo de importações (BAER, 1995). A não aceitação de Geisel de uma possível estagnação e o descontentamento empresarial com o controle de preços industriais fizeram com que o governo adotasse políticas de crescimento a qualquer custo (Baer, 1995; Carneiro, 1990).

A resposta à crise veio pelo Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, ou II PND que, além de ser uma resposta à crise, tinha também o objetivo de superar o subdesenvolvimento do país atacando gargalos estruturais na economia, muito embora não tenha conseguido. O financiamento do programa foi feito em boa parte com empréstimos externos aproveitando dos grandes excedentes dos países árabes exportadores acumulados com o aumento de preços do petróleo. No setor energético, o foco se firmou na redução da dependência de importações de petróleo e aumento na produção de energia, com investimentos na prospecção de petróleo e elevação de 60% na capacidade hidrelétrica (Carneiro, 1990). Durante o II PND, o Brasil atingiu uma taxa média de crescimento de 6,4%, chegando a atingir um crescimento de 10,2% em 76, mas ainda abaixo do crescimento médio de mais de 11% no “milagre econômico”.

O II PND assumiu a posição de incentivar o crescimento a qualquer custo aceitando um aumento provisório nos déficits comerciais e na dívida externa para construir uma infraestrutura industrial e energética que permitisse o país avançar no

PSI e retomar o crescimento do “milagre”. Entretanto, até o fim do mandato de Geisel, o que se viu foi uma deterioração fiscal e agravamento nas contas externas do país, principalmente após o aumento dos juros internacionais. O modelo econômico do “milagre” era instável, o qual se fortificou não pela superação das contradições básicas do país, mas sim acentuando elas, concentrando mais renda e piorando a vida dos pobres. A dependência excessiva brasileira do capital externo no “milagre” criou um Brasil que produzia crescimentos expressivos no PIB, mas sem resolver seus problemas estruturais sociais e econômicos. A política de crescimento a qualquer custo do regime militar passou a apresentar um esgotamento do próprio regime que utilizava o crescimento econômico como principal bandeira de legitimação da ditadura. Concomitante a isso, mantinham-se os problemas de analfabetismo da população, salários depreciados, fome e miséria.

Em 15 de março de 1979 tomou posse João Figueiredo, o último presidente da ditadura militar. A situação política do regime já se encontrava fortemente debilitada frente aos fracassos econômicos recentes ao passo que a vontade popular ficava ainda mais forte com o aumento das greves no movimento operário e manifestações populares, sendo a mais famosa o movimento “Diretas já” em 83 e 84 a favor de votação direta para presidente. No governo Figueiredo a oposição já representava maioria no país. As estratégias de se conter o avanço da oposição consistiram em garantir que o governo tivesse maioria no colégio eleitoral e criar divergências dentro da oposição para que se confrontassem entre si. Dando continuidade ao processo de abertura política, o regime anistiou líderes da oposição e demais exilados. É importante citar que dentro dessa anistia, também foram incluídos torturadores da ditadura (Dos Santos, 1995).

Foi decretado também o fim do bipartidarismo de MDB e ARENA. Disso surgiu o Partido Popular, de Tancredo Neves que, diante da eleição de 82, se uniu ao PMDB. Outra criação relevante foi o surgimento do Partido dos Trabalhadores, que juntou forças de esquerda do movimento operário de SP, comunidades eclesiais de base e oposição sindical sob a liderança de Luís Inácio Lula da Silva. Foi criado também o Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola e o Partido Democrático Social (PDS), partido do regime e sucessor da ARENA. O resultado das eleições de 82 foi novamente favorável à oposição. O PDS venceu apenas em estados onde oligarquias rurais ainda controlavam a população. Nos demais

estados, PMDB, PDT e PT demonstram força, especialmente o PMDB, que venceu nos estados mais importantes.

Dentro da política econômica de Figueiredo, Simonsen foi o primeiro Ministro do Planejamento, que propunha ajuste fiscal e cortes em investimentos não prioritários buscando controle da dívida externa (Baer, 1995). Porém, ainda em 79, Simonsen foi substituído por Delfim Neto em uma nova tentativa de reeditar o “milagre econômico”

(...) quando ficou claro ao novo presidente que caberia a ele fazer o que era desagradável, (...) foi fácil ao general Presidente optar por fazer sua própria política, tentando reviver a aura do período Médici, entregando ao ministro Delfim Neto a tarefa de realizar, agora sim, um “milagre econômico”. Entre agosto de 1979 e outubro de 1980, o país experimentou a sua última tentativa de ignorar a crise externa” (Carneiro, 1990, pg. 309)

A volta do desenvolvimentismo foi bancada pela manutenção dos investimentos em infraestrutura e no PSI de insumos básicos, assim como nas atividades voltadas para exportação. Essa tentativa de forçar crescimento fez o PIB atingir 9,1% em 1980, ao custo de uma inflação que atingiu 110,2% no mesmo ano, contra 77,2% em 79. (Carneiro, 1990). Esse crescimento rapidamente desapareceu no ano seguinte, quando o crescimento do PIB caiu para 4,25%. No começo dos anos 80, ao contrário do período posterior ao primeiro choque, começaram a aparecer sinais de esgotamento no financiamento externo para financiar o Brasil. (Carneiro e Modiano, 1990; Lacerda et al, 2006). Em 82 o serviço da dívida representava 83% das receitas de exportação, enquanto 52% eram apenas para pagamento de juros (Baer, 1995). Entre 81 e 83 houve queda de 11% na renda per capita da população. Em 83 o PIB contraiu em 2,93% enquanto a inflação permanecia subindo, evidenciando um estado de estagflação.

O governo Figueiredo chegou ao fim em 85 e com ele a ditadura militar brasileira. O saldo em 85 era um governo com inflação descontrolada com forte componente inercial, déficit externo crescente e situação fiscal delicada. O crescimento econômico falhou em redistribuir renda e agravou problemas de desigualdade e distribuição de renda no país. O fracasso econômico pós-"milagre" tirou do governo sua última ferramenta que lhe permitia justificar a permanência do regime. A ditadura foi marcada por censura à imprensa, forte repressão e tortura à opositores. Do lado econômico, viu um período de espetacular crescimento econômico e tentativas desesperadas (e falhas) de mantê-lo nos anos seguintes.

O processo de redemocratização brasileiro se iniciou com eleição indireta para presidente, onde José Sarney assumiu o cargo após a morte do presidente eleito Tancredo Neves. O transformismo brasileiro foi capaz de levar aspectos da ditadura para o regime democrático e a “Nova República” manteve as estruturas que perpetuavam os donos do poder em posições privilegiadas. A posterior eleição de Collor à presidência da República também pouco mudou tal estrutura e viu se instaurar uma crise política que culminou no *impeachment* do presidente. Além da crise política, o país passou pela maior crise inflacionária de sua história. As desigualdades sociais e a miséria se mantiveram, tal como o enriquecimento dos mais privilegiados.

A situação econômica se estabilizou no governo de FHC com o sucesso do Plano Real. FHC tentou aplicar um modelo de desenvolvimento modernizado sem a pesada intervenção estatal tão comum na história do Brasil. O presidente afirmou que a economia não pode se desenraizar do social (como aconteceu na ditadura) e apontou que a pobreza no Brasil havia se tornado imoral e não resolvê-la era inconcebível (Cardoso, 2010). Já nos governos de Lula e Dilma Rousseff, o Brasil caminhou em direção de se tornar uma das maiores economias do mundo enquanto foi capaz de gerar fortes investimentos no combate à pobreza e desigualdade atingindo considerável sucesso. Já no segundo mandato de Dilma Rousseff, o país volta a enfrentar crise econômica e política que culminou em um golpe disfarçado de processo de *impeachment*. em 2016. Logo em seguida, o Brasil passou por um período de reformas e instabilidade até a chegada de Jair Bolsonaro ao poder em 2018. O atual presidente flerta constantemente com a ditadura brasileira, abordando-a com saudosismo e constantemente afirmando que o período ditatorial foi bom para os brasileiros (Said, 2022). A ascensão do bolsonarismo “reviveu” a memória da ditadura, omitindo as atrocidades cometidas, os crimes humanitários e a crise social que gerou.

### **3 – A ditadura de Pinochet no Chile**

Para Tomás Moulian (2002) a ditadura chilena consistiu em duas fases, a fase terrorista (do começo do golpe até 80) e a fase constitucional (do plebiscito constitucional de 80 até o fim do regime). A fase terrorista foi o período em que o terror foi o aparelho central de controle do Estado. O governo utilizou a repressão de

maneira mais intensa como forma de manter o controle e moldar a população em direção às novas normas. O período constitucional, entretanto, não apresentou diminuição do caráter repressivo. O nome desse período se deu pois representava o momento em que o regime tentava legitimar uma nova constituição, conforme explica Moulian.

Em que sentido o período que se iniciou após a plebiscito constitucional de 1980 e que na prática terminou com o plebiscito sucessório de 1988, correspondeu a uma ditadura constitucional? A questão é pertinente porque houve uma dupla constituição. Uma que garantisse direitos, como habeas corpus e o recurso de proteção ou direitos sociais, que definiu um regime político semi-representativo, mas com participação partidária e eleições. E o outro, sob o nome de "Período de Transição", que anulou todos aqueles direitos e paralisou as instituições até o segundo plebiscito, o de 1988. Como já disse: uma Constituição real e uma virtual. (Moulian, 2002. p. 273, tradução nossa).

A população chilena, especialmente aqueles que defenderam o golpe, esperavam uma "*dictablanda*" e não uma ditadura. Baseando-se nas vezes passadas em que militares assumiram o poder, a expectativa era de que o governo desse fim à violência e ao conflito social, estabilizasse a economia e devolveria o governo aos civis. Pinochet logo quebrou essa ilusão quando apareceu em um comunicado na TV defendendo a necessidade do golpe para "extirpar o câncer comunista". O congresso foi fechado, sindicatos proibidos, partidos políticos de esquerda foram banidos, até mesmo os de centro e da direita que apoiaram o golpe. A imprensa foi fortemente censurada e toque de recolher e estado de sítio foram decretados. A repressão foi mantida mesmo após a consolidação do regime sob a justificativa de que um abrandamento da violência daria espaço para que a esquerda articulasse uma resistência. (Winn, 2009; Sadler, 1991).

Os primeiros anos de regime foram de políticas econômicas sem um modelo propriamente definido, porém era claro o desejo de reconquistar a confiança dos empresários e reativar a economia. O resultado, entretanto, foi de imediata recessão. O plano econômico do regime militar começou de fato em 75 quando um grupo de economistas jovens seguidores das ideias de Milton Friedman e formados na Universidade de Chicago escreveram um documento conhecido como "*El Ladrilho*", cujo objetivo era descrever propostas neoliberais a serem implementadas no Chile (Castro, 1992). O programa tinha medidas radicais de privatizações, reformulação do mercado bancário e financeiro e corte drástico de gastos, incluindo salários. As principais políticas econômicas dos Chicago Boys foram: a) aceleração da privatização da economia; b) estruturação de um setor financeiro mais moderno, com participação de financiadores e bancos; c) abertura externa reduzindo tarifas; d)

abertura ao investimento estrangeiro; e) política de diversificação das exportações, f) política industrial sem protecionismo (Moulian, 2001).

A reforma comercial proposta reduziu taxas e cotas de importação sob a justificativa de que o protecionismo incentivava a manutenção de indústrias ineficientes que, após a liberalização das importações, não foram capazes de competir com os produtos externos. Já nas exportações, o objetivo foi de reequilibrar a balança comercial exportando produtos com vantagens relativas, como cobre, madeira, frutas e pesca. A reforma no sistema bancário e financeiro se deu por meio de inúmeras privatizações, visou incentivar o crédito, atacar ineficiências e reduzir burocracias e regulamentações. A expansão do crédito ocorreu rapidamente enquanto os juros dispararam. Ao mesmo tempo, a desregulamentação excessiva levou muitos bancos a se tornarem insolventes. (Sader, 1991; Ffrench-Davis, 2003).

A política de privatização dos “Chicago Boys” foi um dos pontos principais do período. O regime reverteu a estatização de mais de 300 empresas sob a condição de que nenhuma delas entraria com ação judicial contra o governo. Em 80 a lista de 300 empresas estatais se reduziu para apenas 24, onde metade ainda se encontrava em processo de privatização. Apenas empresas estratégicas como a mineradora de cobre CODELCO e a petrolífera ENAP foram mantidas sob controle do governo. O processo de privatização aumentou consideravelmente a concentração de renda no país. Aproximadamente 2% das empresas do país controlavam 70% das ações de todas as empresas, enquanto três bancos detinham metade das ações bancárias. (Sadder, 1991; Ffrench-Davis, 2003). A reforma agrária do governo passado foi revertida, muito embora não tenha “devolvido” a terra para os antigos latifundiários. O objetivo foi transformar a agricultura do país para um modelo de alta produtividade voltado para exportação de frutas para o comércio exterior. Winn (2009) argumenta que os resultados positivos que a agricultura teve na balança comercial utilizados como propaganda do regime são reflexo da base rural das reformas agrárias dos governos de Frei e Allende. As políticas sociais da Unidade Popular também foram alvo das reformas dos “Chicago Boys”. Previdência social, saúde e educação foram privatizadas, enquanto salários reais foram drasticamente reduzidos.

As reformas resultaram em imediata recessão em 75, experimentando uma queda de 12,5% no PIB. O índice de desemprego disparou de 9% em 74 para 12% no ano seguinte, atingindo 16,8% em 76. A inflação, cuja queda era fortemente

esperada, caiu para 340,7% em 75, pouco quando comparada com o valor de 375,9% em 74 (Banco Central do Chile, s.d.). De acordo com a teoria monetarista dos Chicago Boys, os cortes de gastos propostos gerariam queda na demanda e consequente redução na inflação, o que não aconteceu de fato. Indexações na economia e expectativas ainda ruins mantinham a inflação em um patamar alto.

A nova política industrial voltada para exportações em detrimento do mercado externo resultou em profunda desindustrialização. O fim do protecionismo aplicado com o PSI atingiu diretamente empresas e indústrias que produziam para o mercado interno. A indústria local não foi capaz de competir com o grande influxo de produtos importados com a liberalização das importações e resultou em falências ou em suas aquisições por empresas estrangeiras. Sader (1984) argumenta que a abertura financeira e o caráter especulativo que ela trazia para a economia, gerava níveis de consumo consideravelmente maiores do que a produção interna chilena, criando a “necessidade” por produtos externos.

Embora estivesse rodeado de resultados econômicos e sociais ruins, o regime não viu o resultado se espalhar para a esfera política no período. A ditadura terrorista explicada por Moulian usufruiu do poder repressivo do Estado para garantir a manutenção de lucros altos enquanto inibia a liberdade dos trabalhadores. A redução salarial e o desemprego alto os colocaram em situação de trabalhar por sua subsistência, deixando-os exaustos e inaptos para qualquer tipo de articulação política (Moulian, 2002; Winn, 2009).

No fim de 76 e começo de 77 alguns resultados econômicos positivos começaram a surgir, dando início ao que alguns chamaram de “milagre econômico Chileno”, em comparação com o “milagre econômico” que viveu a ditadura brasileira anos antes. Entre 76 e 80 o PIB cresceu a taxas médias de 7,6%, bem acima da média de 1,3% entre 70 e 75. A inflação praticamente caiu pela metade em 76, atingindo 174% e apresentou queda ainda mais considerável em 77, com 63% ao ano. A economia demonstrou sinais de reativação econômica. Houve uma explosão de consumo pela classe média incentivando a demanda do país a crescer enquanto as exportações aumentaram consideravelmente. O crescimento foi forçado a partir de endividamento interno e externo o que levou o Chile a ter a maior dívida externa per capita do mundo (Sader, 1991).

Dentro do repentino sucesso econômico do “milagre chileno”, existia o interesse do governo de criar a imagem de um “Chile modelo” ou “moderno”. Moulian aponta que em governos autoritários, tem-se cultivado de maneira muito cuidadosa o marketing do sucesso econômico. Dentre as estratégias, quatro delas podem ser apontadas:

- 1 - Um planejamento agenda de viagens presidencial, com comitivas selecionadas de empresários e às vezes dirigentes sindicais, com parlamentares de todas as tendências que pintaram em cena aos olhos aguçados dos investidores estrangeiros, a solidez do "consenso", a força da unidade nacional em busca de modernização.
- 2 - Múltiplos contactos dos ministros com empreendedores internacionais, com altas autoridades econômicas do Japão, dos EUA e da União Europeia. Com diretores do FMI e do Banco Mundial.
- 3 - A participação planejada do Chile nas grandes feiras internacionais.
- 4 - Uma cuidadosa campanha de publicidade, direta ou indiretamente induzida, cujo tema tenha sido “Chile modelo”. (Moulian, 2001, p. 51; Tradução nossa).

A ideia de um Chile “modelo” ou “moderno” se espalhou para o consumo em massa. O forte influxo de importados aumentou a gama de produtos disponíveis para a população comprar. Dentro da ideia de modernismo propagada pelo regime, produtos antes apenas destinados para os “ricos” se tornaram produtos de consumo em massa e forte ferramenta de alienação da população (Moulian, 2001).

Em 1980 foi proposta uma nova constituição que substituíria a de 1925 e visava institucionalizar a ditadura de Pinochet. A nova constituição utilizou a segurança nacional como pretexto para legitimar a militarização na política chilena, aumentando a participação das Forças Armadas no legislativo. A consulta do texto foi realizada em estado de sítio, com oposição reprimida e apuração controlada pelo próprio governo, o que naturalmente resultou em vitória de Pinochet. O texto ainda atribuía poderes “legais” a Pinochet como líder pelos próximos 8 anos e plebiscito após o fim período para possível renovação do mandato (Winn, 2009; Sader 1991).

No começo dos anos 80 acontecimentos externos influenciaram diretamente a economia chilena. O mundo se encontrava em crise decorrente de duas crises do petróleo em 73 e 79 diminuindo a quantidade de dinheiro externo entrando no Chile. A moratória do México em 82 também criou um cenário de receio sobre a América Latina de que qualquer país poderia ser o próximo. A falta de investimento para financiar o impulso na demanda que o governo realizava se somou às falhas da liberalização no mercado financeiro. A forte desregulamentação criou problemas de insolvência em diversos bancos, forçando o governo a intervir. Na contramão de suas próprias políticas, o governo resgatou inúmeras empresas, aplicou controle cambial, cotas de importações e limitou a quantidade de renda que poderia ser



mandada para fora. Em 82 o país o PIB chileno caiu expressivos 14,1% Nos anos seguintes, a partir de 85, a economia mostrou sinais de recuperação, embora os indicadores representassem apenas uma recuperação em relação aos baixos índices da crise.

Os indicadores sociais novamente voltaram a regredir. A população chilena viu o salário real reduzir em 78% em apenas 1 ano, de 81 para 82, enquanto o desemprego já havia atingido um terço dos trabalhadores. As altas taxas de lucro obtidas no “milagre” foram frutos da superexploração da mão de obra chilena que não viu o crescimento econômico se reverter em aumento salarial (Marini, 2019). Na contramão dessa piora, a população mais rica do país foi capaz de desfrutar do crescimento econômico do “milagre chileno”. Em 1980, o consumo dos 20% mais ricos havia aumentado em 44% quando comparado com 69. O desemprego entre 75 e 79 subiu para 15% da população chilena, já entre 82 e 85 o resultado foi ainda mais indesejado, chegando a atingir 20% dos trabalhadores. (Moulian, 2001).

Com a crise, o “Chile modelo” utilizado como propaganda do regime não existia mais e o descontentamento da população passou a se fazer mais presente. A marcha das panelas vazias, que outrora exigiram a derrubada de Allende, agora marchavam contrárias ao regime, ao passo que muitos Democratas-Cristãos passaram a formar abertamente uma oposição a Pinochet. Como maneira de tentar combater os protestos, o governo decretou toque de recolher, prendendo quem não o seguisse. O “plano” para dar fim à ditadura viria através da contestação do plebiscito de 1988, conforme previa a constituição de 1980 – criada pelo regime – que previa uma nova eleição com apenas um candidato, Pinochet. Os Estados Unidos, desta vez, tomaram um posicionamento cauteloso quanto ao ditador. O medo estadunidense era de que uma ditadura muito duradoura seria o combustível para uma nova revolução de esquerda chegar ao poder. Com a intervenção dos EUA e a não aprovação do povo ao plebiscito de 1988, ocorreu em 1989 uma eleição entre Herman Buchi (candidato de Pinochet) e Patricio Aylwin (candidato de uma coligação de partidos temendo uma reeleição de Pinochet), onde foi garantido aos candidatos tempo igual de televisão e contagem de votos paralela.

O resultado da eleição foi de 55% dos votos para Patricio Aylwin contra 42% do candidato de Pinochet, este que ao perceber que perderia, tentou um novo golpe – desta vez barrado por militares e civis. O Chile, ao contrário de Argentina e Uruguai que não conseguiram lançar um candidato em suas eleições e do Brasil,

que nem eleição direta teve, conseguiu lançar seu candidato, vencer a eleição e pôr fim à ditadura. Os expressivos 42% de votos em Herman Buchi demonstraram que mesmo perante toda a violência, censura e repressão do regime, ainda possuía considerável apoio das elites econômicas (Winn, 2009; Sader 1991).

O Chile entre os anos 60 e 80 viveu extremos econômicos, políticos e sociais. Foi um país que viveu o sonho socialista de uma sociedade mais igualitária para os trabalhadores e camponeses e logo após se tornou um laboratório da experiência neoliberalista em um governo violento e repressor, que deixou consequências mesmo após o fim do regime militar. Comissões da Verdade instauradas depois do fim da ditadura estimaram que pelo menos 3.178 pessoas foram executadas ou desapareceram e pelo menos 28 mil foram torturadas. O que se seguiu no Chile foi um processo de redemocratização marcado pelo o que Moulian (2001) chamou de “transformismo”. Segundo o autor, o “transformismo” consistia em um grande processo de preparação para que, ao fim da ditadura, fossem mantidas as estruturas sociais e produtivas do regime militar

A vitória de Aylwin nas eleições não representou uma retomada da democracia nos moldes de antes da ditadura. Nem mesmo a constituição de 1980, proposta por Pinochet, foi alterada (Moulian, 2001). Esta, que inclusive, permanece vigente até os dias atuais sob o governo de Gabriel Boric, após a população recentemente rechaçar a constituinte proposta durante enorme explosão social em fins de 2019. (Silva, 2022).

O Chile pós ditadura naturalizou a existência do modelo econômico neoliberal de forte incentivo ao capital externo e ao lucro privado em detrimento das reivindicações trabalhistas em um regime democrático. Moulian explica que o neoliberalismo não foi mitigado uma vez que isso só seria feito com a restauração da capacidade de ação das forças de trabalho. O propósito inicial da *Concertación* de “crescimento com igualdade” não se fez acontecer (Moulian, 2001). O problema da enorme desigualdade social oriunda da ditadura não fora devidamente revertido, colocando o Chile como quarto país mais desigual da América Latina (World Economics, 2022).

O processo de mudança da constituição chilena ganhou força apenas em 2019 com manifestações que tomaram o país inteiro. Uma manifestação de estudantes contrários ao aumento de 30 pesos no ticket do metrô rapidamente

ganhou força, diversificando as pautas e críticas da manifestação. No fim se tornou um evento com mais de um milhão de pessoas reivindicando melhorias da desigualdade chilena e nova constituinte. O resultado foi uma mudança radical no corpo de ministros do país e a assinatura do “Acordo pela Paz”, que se comprometia a produzir uma nova constituição. Em outubro do ano seguinte foi realizado o “plebiscito de entrada” onde 78% da população votou como favorável a uma nova constituição. O que não se esperava era que o texto da constituição fosse rechaçado, o que de fato aconteceu. Em 4 de setembro de 2022 a população chilena rechaçou o texto da nova constituição proposta com 61% dos votos. O período de campanha foi marcado por propagação de informações falsas para convencer a população que os deputados eleitos não estariam aptos a escrever a nova constituição. (G1, 2019; De Mello, 2022; Brasil de Fato, 2022).

## **4 - Conclusão**

As experiências de Brasil e Chile com regimes militares possuem suas semelhanças e diferenças. No que antecede as ditaduras é possível observar fatores parecidos que culminaram nas ditaduras de cada país, mesmo que em períodos diferentes. Em ambos os casos a atuação estadunidense foi determinante. Os Estados Unidos em plena guerra fria desejavam manter os países Latino Americanos sob seu imperialismo e longe da influência soviética. Em outras palavras, a ideia de se ter um governo socialista na América Latina era altamente indesejada. Tanto no Brasil quanto no Chile houveram campanhas de difamação dos governos de esquerda, criando a retórica de uma “ameaça comunista” e a necessidade da intervenção militar. A recusa de Allende e Goulart para adotarem políticas de estabilização desejadas pelo FMI que atacariam claramente os trabalhadores também foi combustível para a articulação de um golpe militar. O Chile chegou a viver um ano de sucesso econômico sob o governo socialista de Allende até que boicotes de empresários se tornaram presentes, enquanto o Brasil, diante de uma crise política, foi incapaz de implementar as reformas de base pretendidas.

No início das ditaduras, era-se esperado que os militares apenas “colocariam ordem na casa” e depois entregariam o governo de volta à civis, o que de fato não ocorreu. A ditadura de Pinochet perdurou por 16 anos, enquanto a brasileira teve 5 presidentes durante os 21 anos de sua duração. Os traços comuns foram o uso

desenfreado de repressão e violência sob a justificativa de se manter a ordem nos países. Movimentos populares e sindicatos foram completamente dizimados, enquanto partidos de oposição, principalmente os de esquerda, foram trazidos à ilegalidade. Muito embora o Brasil tivesse um partido de oposição, o MDB, a liberdade política do partido era limitada e controlada pelo regime militar. Toda a ascensão política e social dos trabalhadores que os governos de Allende e Goulart tanto lutaram foram desfeitas durante os governos militares e o uso violência foi o fator chave para tal.

A política econômica dos regimes teve suas diferenças. O Chile foi o berço do neoliberalismo no mundo, aplicando medidas extremamente liberais. Essa mudança a partir de 73 e de maneira mais expressiva em 75 representou uma guinada brusca da política econômica do país, revertendo as centenas de nacionalizações de empresas realizadas no governo Allende, voltando a produção para o mercado externo e criando um cenário de alta dependência de capital estrangeiro. Já a política econômica brasileira também se voltou para o mercado de exportações, mas teve como grande investidor de seu crescimento não o setor privado como fora com o Chile, mas sim o governo. O governo brasileiro, conjuntamente ao capital privado nacional e estrangeiro, atuaram como motores do crescimento do Brasil na época, mas ainda sim criando um cenário de alta dependência de capital do exterior e geração de dívida externa considerável. Nos dois países, houve um período de alto crescimento forçado, que caracterizaram “milagres econômicos” em cada um. O que se tira disso também é que o “milagre” de cada país se deu de forma forçada, sob forte endividamento interno e externo e superexploração da classe trabalhadora. O crescimento econômico nas ditaduras foram ferramentas de legitimação dos regimes, deixando claro o interesse político no desenvolvimento e não na melhora de vida da população.

As políticas forçadas de crescimento só se fizeram possíveis com políticas de estabilização anteriores que atacaram diretamente a população mais pobre de cada país. A economia liberal chilena desregulamentou inúmeros setores da economia ao passo que reverteu benefícios sociais criados no governo passado. O salário real da população chilena regrediu enquanto se buscava maximização de taxas de lucro das empresas privadas. No Brasil situação semelhante ocorreu. A estabilização do PAEG no governo Castelo Branco ao passo que reequilibrou a inflação do país, gerou uma perda considerável no poder de compra do brasileiro, processo que

perdurou durante a ditadura. Reajustes salariais apenas aconteceram quando se temia um efeito recessivo na economia com uma possível queda no consumo dos trabalhadores. O saldo para as populações mais pobres foi um processo agravado de empobrecimento da população, aumento de desemprego e perda de espaço político decorrente das constantes repressões.

O uso do sucesso econômico como legitimador do regime apresentou desgaste quando os países começaram a apresentar os resultados negativos de suas políticas econômicas. A política externa de incentivo às exportações resultou em desabastecimento do mercado interno e quebra das empresas nacionais que não foram capazes de competir com a entrada massiva de multinacionais. Com as duas crises do petróleo e a moratória mexicana, o acesso ao crédito dificultou e criou empecilhos para que os governos se mantivessem endividando para manter o crescimento a qualquer custo, ao passo que a dívida externa não parou de subir. O cenário econômico no fim das ditaduras foi de déficit fiscal, inflação crescente e crise social.

Conforme a situação política e econômica foi se agravando, os movimentos sociais se fizeram presentes novamente, já o governo foi cada vez mais incapaz de pará-los. Embora seja importante dizer a importância desses movimentos no processo de redemocratização, é importante também citar outros fatores relevantes. O fracasso econômico das ditaduras impossibilitou que governos criassem espaço para aplicar suas políticas de terror. Concomitante a esse fracasso ocorreu a mudança de posicionamento estadunidense quanto a permanência das ditaduras. O novo posicionamento dos EUA não se deu por questões morais, visto que foi o próprio país (aliado às elites internas) o grande responsável pela onda de regimes ditatoriais no continente.

As ditaduras chegaram ao fim nos anos 80, sendo o Chile nas eleições presidenciais de 89 e o Brasil em 85. O Chile entrou em novo regime democrático sob comando da *Concertación de Partidos por la Democracia*, que foi incapaz de desmontar o modelo econômico neoliberal da ditadura. Já o Brasil voltou à democracia por meio de eleição indireta para presidente e passou os anos seguintes lutando contra a maior crise inflacionária da história do país que, de certa forma, foi um resquício da ditadura militar. Tanto Brasil quanto Chile levaram adiante aspectos da ditadura. O Chile perpetuou o modelo neoliberal de incentivo ao lucro privado sem combater os problemas sociais herdados da ditadura, enquanto o Brasil vê em

seu cenário atual parte da população tentando “reescrever” a história da ditadura de forma positiva, argumentando que foi um período benéfico ao país.

O Brasil iniciou a “Nova República” por eleições indiretas para presidente e viu nos governos Sarney e Collor a maior crise inflacionária da história do país. Durante e depois do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016, a extrema direita ganhou espaço para ser ouvida inclusive por nítidos defensores dos tempos sombrios da ditadura, a exemplo de Jair Bolsonaro (“pela memória de Carlos Alberto Brilhante Ustra”). Hoje os jornais do Brasil voltam novamente a discutir se haverá ou não um golpe militar, novamente sob a justificativa de pôr ordem no país e combater o comunismo. Parte da argumentação dos favoráveis à ditadura é sobre o crescimento expressivo do “milagre econômico” e a segurança pública, escondendo, talvez por ignorância ou má fé, o descontrole fiscal posterior, a grande quantidade de pessoas presas, torturadas e mortas e o aumento considerável nas desigualdades sociais.

Enquanto isso, o Chile vem de descontentamentos da população, mostrados nas manifestações de 2019 e plebiscito que aprovou criar uma nova constituição, substituindo a de 80, da ditadura de Pinochet. Entretanto, em 2022, mais de 30 anos depois do fim da ditadura, ainda luta para expurgar os resquícios do regime de Pinochet após o texto da constituição não ser aprovado. Mantém-se a estrutura neoliberal da ditadura, sem resolver os problemas sociais do país.

O que é evidente é que ambos os países, mesmo que em regimes democráticos, ainda não se encontram livres de seus passados ditatoriais. Entender o que foi a ditadura em cada país é um passo importante para que Brasil e Chile consigam extirpar os resultados negativos de seus regimes para que possam progredir para uma sociedade mais igualitária, que entenda o passado negro do seu país para que nunca voltem a repeti-lo.

## 5 - Referência Bibliográfica

ABREU, M. P. Inflação, Estagnação e Ruptura. *In*: ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso**: Cem anos de política econômica republicana 1889-1989. [S. l.]: Campus, 1990. cap. 8, p. 197-212.

**BANCO CENTRAL DE CHILE.** *Banco Central de Chile: Anuário de Cuentas Nacionales, diversos años.* Disponível em: <<http://www.bcentral.cl>>, acessado durante o mês de junho e julho de 2022.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil 1961-1964.** 7. ed. Rio de Janeiro: Revan; ed. Brasília: UnB, 2001. 317 p.

BONELLI, Regis; MALAN, Pedro S. Os Limites do possível: notas sobre balanço de pagamentos e indústria nos anos 70. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Ipea, v. 6, n. 2, 1976.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. **Programa de Ação Econômica do Governo 1964 - 1966**, [S. l.], 1964

\_\_\_\_\_. **Plano Trienal de desenvolvimento econômico e social: 1963-1965.** [S. l.: s. n.], 1962. 198 p.

\_\_\_\_\_. República Federativa do Brasil. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**, [S. l.], 1975.

BRASIL DE FATO; **Chile rejeita nova Constituição em plebiscito:** Apuração indica derrota do novo texto constitucional que poderia mudar carta magna herdada de Pinochet. [S. l.]: Brasil de Fato, 4 set. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/04/chilenos-rejeitam-nova-constituicao-e-m-plebiscito>. Acesso em: 8 set. 2022.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Relembrando o que escrevi:** da reconquista da democracia aos desafios globais. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2010a.

CARNEIRO, D. Crise e Esperança: 1974-1980. *In*: ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso:** Cem anos de política econômica republicana 1889-1989. [S. l.]: Campus, 1990. cap. 11, p. 295-321.

\_\_\_\_\_. **Long-run adjustment, debt, crisis and the changing role of stabilization policies in the recent Brazilian experience.** Rio de Janeiro. PUC. 1985.

CARNEIRO, D. & MODIANO, E. Ajuste Externo e Desequilíbrio Interno: 1980-1984. *In*: ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso**: Cem anos de política econômica republicana 1889-1989. [S. l.]: Campus, 1990. cap. 12, p. 323-345.

CASTRO, Sergio de. **El Ladrillo**: Base de la politica economica del gobierno militar chileno. [S. l.]: Centro de estudios publicos, 1992.

COSTA, Jales Dantas. Riquezas e pobrezas no Brasil Atual. *In*: COSTA, Jales Dantas. **BRASIL E CHILE: RIQUEZAS E POBREZAS**. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, [S. l.], 2014.

DE MELLO, Michele. **Chile vota nova Constituição que pode encerrar herança de ditadura Pinochet**: Campanha termina nesta quinta (01/09), pesquisas apontam vitória do 'não' no referendo, mas ainda há 13% de indecisos. [S. l.]: Opera Mundi, 31 ago. 2022. Disponível em:  
<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/76458/chile-vota-nova-constituicao-ao-que-pode-encerrar-heranca-de-ditadura-pinochet?bol>. Acesso em: 8 set. 2022.

DOS SANTOS, Theotonio. **Evolução histórica do Brasil**: da Colônia à crise a "nova república". Petrópolis: Vozes, 1995. 302 p.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. **Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad**: Tres décadas de política económica en Chile. 3ª. ed. Chile: J.C. Sáez, 2003. 416 p.

G1. **Entenda a onda de protestos no Chile**: Quase 10 mil integrantes das Forças Armadas foram mobilizados para atuar contra os protestos. Cerca de 1 milhão foram às ruas na sexta-feira (25).. [S. l.]: G1, 20 out. 2019. Disponível em:  
<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/20/entenda-a-onda-de-protestos-no-chile.ghtml>. Acesso em: 8 set. 2022.

LACERDA, A.C. *et al* **"A crise de 1962-1967, o PAEG e as bases do milagre econômico"**, Economia Brasileira. Ed. Saraiva, 2ª Edição. 2010.

LAGO, L. A. C. A Retomada do Crescimento e as Distorções do Milagre. *In*: ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso**: Cem anos de política econômica republicana 1889-1989. [S. l.]: Campus, 1990. cap. 10, p. 233-293.



MALAN, Pedro S.; BONELLI, R.; ABREU M. P. & PEREIRA, J. E. C. **Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939-1952)**. Coleção Relatório de Pesquisa, nº 36. Rio de Janeiro, IPEA, 1977.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966**. Documentos EPEA – Nº1. 1964.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis - RJ: Câmara Brasileira do Livro, 2000.

\_\_\_\_\_. **O reformismo e a contrarrevolução**: Estudos sobre o Chile. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. 273 p.

MOULIAN, Tomás. **Chile Actual: Anatomia de un Mito**. 3ª. ed. Chile: LOM, 2002. 361 p.

RESENDE, Lara A. Estabilização e Reforma: 1964-1967. *In*: ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso**: Cem anos de política econômica republicana 1889-1989. [S. l.]: Campus, 1990. cap. 9, p. 213-231.

RIBEIRO, Darcy. **Jango e eu**. Brasília: Edu - Coedição Fundar, 2010. 107 p. v. 8.

SADER, Emir. **Chile (1818 - 1990)**: Da independência à Redemocratização. 1ª. ed. [S. l.]: Brasiliense, 1991. 84 p.

SAID, Flavia. **Em data que marca 58 anos do golpe, Bolsonaro defende ditadura militar**: Em cerimônia de despedida de ministros-candidatos, presidente elogiou obras do período e militares que comandaram o país durante o regime. [S. l.]: Metropoles, 31 mar. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/em-data-que-marca-58-anos-do-golpe-bolsonaro-defende-ditadura-militar>. Acesso em: 8 set. 2022.

SINGER, Paul. **A crise do milagre**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WESTIN, Ricardo. **No plebiscito de 1963, Brasil derruba parlamentarismo e devolve poderes a Jango**. Jornal do Senado, 2 ago. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2018/02/no-plebiscito-de-1963-brasil-derruba-parlamentarismo-e-devolve-poderes-a-jango>. Acesso em: 8 ago. 2022

WINN, Peter. **A Revolução Chilena**. [S. l.]: Editora da Unesp, 2009. 210 p.

WORLD ECONOMICS; **Chile's Inequality Index**. [S. l.], 2022. Disponível em:  
<https://www.worldeconomics.com/Inequality/>. Acesso em: 8 set. 2022.